

O PIBID e Vestibular Social atuando na formação de professores de Química da PUC Goiás.

Diego Armando da Silva Costa¹ (IC), Ted Luiz Alves Queiroz¹(IC), Kleber Francisco da Silva¹ (IC), Sandra Regina Longhin² (PQ). srlonghin@gmail.com

¹ PUC Goiás, ² PUC Goiás/IFG.

Palavras-Chave: ensino de Química, PIBID, formação de professores.

Resumo: A necessidade da formação de professores tem sido fonte de discussões em diversos artigos e temas de dissertações de mestrados e teses de doutorados, no que diz respeito a professores de Química, observamos ainda a carência desse profissional nas escolas de educação básica como um todo. Programas de incentivo a formação de profissionais na área da educação como o PIBID são de extrema importância para promover o crescimento quantitativo desse profissional no mercado e a melhoria da qualidade de ensino da educação básica. Nesse sentido, este trabalho traz um estudo da relação entre o Vestibular Social instituído pela PUC Goiás em 2010 como ação social na formação de professores e a contribuição do PIBID na redução da evasão no curso de Licenciatura em Química, resultando em um crescimento de 150% no número de concluintes do curso no período de 2009 a 2014.

INTRODUÇÃO

Os cursos de Licenciatura, responsáveis pela formação de professores para a educação básica começaram a vigorar no Brasil na década de 1930 porém somente a partir do ano de 1968 é que a formação de professores tornou-se objeto das pesquisas e discussão em todo o país, pois é a partir desta data que observamos a criação das Faculdades de Educação nas universidades brasileiras (PEREIRA, 1999).

No início da década de 1990, com as mudanças no foco pelas reformas educacionais, é que a investigação sobre a profissão docente tornou-se comum nos debates sendo estes fundamentados em análises teóricas sobre o tema. Quando se discute a formação docente é importante e necessário não se esquecer de analisar as reais condições da educação brasileira, como nos coloca Echeverria et al. (2007). São diversos os fatores que contribuem para a formação inicial e continuada dos professores no Brasil, mas é com destaque que se observa a questão pertinente a formação fragmentada, a falta de infraestrutura nas IES e as baixas condições salariais, questões lembradas pelos mesmos autores.

Diante das problemáticas percebidas no âmbito do Ensino de Ciências e Matemática e a carência de professores nestas áreas, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), criou em 2007 o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para educação básica. O programa foi direcionado inicialmente, apenas às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), contemplando as áreas de Física, Química, Matemática e Biologia, devido ao *déficit* de professores identificado em pesquisas nacionais nestas áreas, sendo urgente uma intervenção efetiva e um aumento no investimento por partes das autoridades competentes.

Em se tratando da formação de professores por meio dos cursos instituídos de licenciatura em Química no Brasil, atualmente acredita-se que os mesmos não superaram o modelo implantado em 1962, o conhecido como Racionalidade Técnica, ou modelo 3 + 1, constituído por três anos de formação técnica centrada no aprofundamento do conhecimento de conteúdo da área de formação, mais um ano de disciplinas pedagógicas de formação específica para professores, incluindo as práticas de ensino e o estágio supervisionado segundo Echeverria e colaboradores (2007).

Assim o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), instituído pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foi instituído como uma possibilidade de colaborar com a formação docente de qualidade, primeiramente, apenas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e em seguida, sendo o programa expandido, pela força demonstrada nas IFES, abrangendo também as demais Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais. Com o lançamento do Edital CAPES nº 018/2010, de 09 de abril de 2010 o programa passou a abarcar as instituições públicas municipais e as comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos, já com o Edital nº 61/2013 CAPES, de 02 de agosto de 2013, e as bolsas passaram a serem possibilitadas as instituições públicas, as comunitárias e privadas, neste último caso sendo restritas aos alunos contemplados pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI), conforme registros dos relatórios da CAPES (2014).

O Programa PIBID concede bolsas em 5 (cinco) modalidades diferenciadas, sendo elas: de coordenador institucional (CI) para o professor da licenciatura que coordena o projeto PIBID na IES; de coordenador de área de gestão de processos educacionais (CG) para o professor da licenciatura que auxilia na gestão do projeto na Instituição de Ensino Superior; de coordenador de área (CA) para professores da licenciatura que coordenam cada subprojeto; de Supervisor (BS) para professores de escolas públicas de educação básica e de Iniciação à Docência (ID) para os estudantes de cursos de Licenciatura nas áreas abrangidas pelo Projeto Institucional. Os valores destas bolsas variam de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para os ID a R\$ 1 500,00 (um mil e quinhentos reais) para o CI.

No que diz respeito a números de participantes no PIBID, com a aprovação da ampliação de projetos e subprojetos, contemplando outras áreas de conhecimento e níveis da educação básica assim como as instituições privadas e filantrópicas, houve uma grande expansão do programa que em 2012 registrava 40.092 bolsistas alunos de licenciatura, 3.052 coordenadores de área e 6.177 professores supervisores, totalizando assim, 49.321 bolsas. A partir da implementação do PIBID-Diversidade, que trabalham com educação escolar indígena, do campo e quilombola, complementaram-se as 90.254 bolsas que foram distribuídas no ano de 2013, sendo este um valor 29 vezes maior que no início do projeto CAPES (2014).

Analisando dos dados colocados, podemos observar um crescente avanço do PIBID no que diz respeito aos estudantes de licenciaturas contemplados com bolsas de ID e decorrente disso, o número de escolas de ensino básico envolvidas no programa, que cresceu significativamente, mais de 50%, desde sua implantação em 2009 até o último relatório apresentado pela CAPES em 2014.

Para a CAPES, segundo o estudo avaliativo realizado em 2014, o PIBID não é simplesmente um programa de bolsas, é uma proposta de incentivo e valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica. O programa possibilita que os alunos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, contribuindo para a integração entre teoria e prática, para a aproximação entre universidades e escolas e para a melhoria de qualidade da educação brasileira. A orientação por coordenadores de área na IES (docentes das licenciaturas) e pelos supervisores nas escolas parceiras da rede pública de ensino (docentes das escolas públicas onde exercem suas atividades) assegura que resultados educacionais positivos sejam observados por meio da produção científica apresentada pelo bolsistas do programa (CAPES, 2014) em eventos científicos da área.

Além de financiar as atividades realizadas no âmbito escolar por meio de recursos de manutenção e custeio do PIBID, não se pode desconsiderar o fato de que muitos alunos de instituições privadas contemplados com a bolsa fazem uso deste recurso para custear seus estudos, diante deste fato podemos destacar que o PIBID tornou-se uma importante ferramenta na promoção da permanência do acadêmico na universidade, possibilitando assim, além da vivência do acadêmico no exercício da profissão docente, a conclusão do curso de licenciatura.

O PIBID tem se mostrado, nestes últimos anos, como uma possibilidade de colaboração na formação docente, pois colabora na reeducação da sensibilidade na forma olhar para a educação escolar, este processo para Arroyo (2012 pg.62) “pode mudar práticas e concepções, posturas e até planos de aula, de maneira tão radical que sejamos instigados (as) a aprender mais, ler mais, a estudar como coletivos novas teorias” a fim de sanar os problemas vividos pelos bolsistas nas escolas públicas.

O incentivo das bolsas institucionais é decorrente de uma regulamentação de amparo ao projeto de pesquisa, ensino e extensão e desenvolvimento institucional pelo Decreto nº 5.563 (2005) que regulamenta o incentivo a este ambiente produtivo em que se estabelecem as bolsas de ajuda a formação, contribuindo para atuação prática dos universitários fora da instituição de ensino, ou seja, no ambiente de trabalho.

A formação do professor constitui uma capacidade de resolver problemáticas socioculturais do meio em que está inserido, quando sua formação não proporciona uma vivência dentro das salas de aula, para conhecimento do ambiente profissional em que exercerá sua profissão, leva-o a se deparar com uma realidade contraposta as suas expectativas, assim surge uma ação como de uma obrigação na regência, pois a realidade da imagem atual da criança dentro da educação pública é desconhecida como afirmado por Arroyo (2012).

A falta de preparo pedagógico e a crença de que basta o conhecimento teórico pra reger aulas prejudica o ensino. Segundo Maldaner (1998, p.291) o professor “iniciante aprende a pesquisar aceitando os significados que o orientador traz para a situação”, sendo então necessário para a formação do graduando e conseqüentemente dos seus futuros alunos no ensino médio, uma vivência de qualidade junto às escolas de ensino básico. Esta condição pode ser propiciada pelo PIBID, pois além do trabalho supervisionado por um professor licenciado na escola parceira, o bolsista ID é

incentivado a pesquisar, através de grupos de estudos dirigidos orientados pelo professor CA. Com isso o ID consegue dimensionar a abstração de seus alunos e identificam as possíveis barreiras para construir naquele momento histórico social uma metodologia de ensino adequada a cada aluno.

Tomando como base o que é necessário para a formação de professor, o programa PIBID favorece a construção da pesquisa e do futuro professor na sala de aula quebrando a forma engessada de dar aula e sendo uma fonte básica de conhecimento e experiências na formação do docente, construindo assim estratégias para o desenvolvimento social como proposto pela Lei nº 10.973/04 (2004), onde a inovação da pesquisa é buscada para se adquirir a autonomia e desenvolvimento do sistema educacional produtivo nacional, promovendo assim a formação de professores conscientes da realidade educacional do Brasil.

A hoje Pontifícia Universidade Católica de Goiás foi a IES pioneira na educação superior, e na formação de professores, na região Centro-Oeste do Brasil. Sua história teve início em 1948, com a instituição da Faculdade de Filosofia sob a direção do bispo Don Abel Ribeiro Camelo, que contemplava os cursos de licenciatura em História, Geografia, Letras e Pedagogia. Com o passar dos anos foram criadas as Faculdades de Ciências Econômicas, de Direito entre outras e, em 1959 a instituição passou a ser denominada Universidade Católica de Goiás (UCG), ganhando com isto força e reconhecimento na região devido à qualidade de ensino de seus cursos.

Em 8 de setembro de 2009, o cardeal polonês Zenon Grocholewski, prefeito da Congregação para a Educação Católica no Vaticano, reconheceu a Universidade Católica de Goiás (UCG) como Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Atualmente a PUC Goiás conta com 10 cursos de licenciaturas voltados para a formação de professores da educação básica, conforme as informações disponibilizadas pelo site da universidade (2016).

No ano de 2010, a já PUC Goiás, institui uma nova modalidade de bolsa de estudos, a Bolsa Social (BS) cujo objetivo é atender a uma reconhecida necessidade nacional: a formação de docentes para a educação básica. A seleção para esta modalidade de bolsa é específica para o ingresso na universidade de candidatos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo privilegiados os candidatos os cursos de Licenciatura e alguns de Bacharelado conforme previsto pela Lei nº 11 096 (2005) e estabelecidos em Edital do Processo de Seleção Discente. Esta modalidade de bolsa concede descontos de 50% nas mensalidades, para os aprovados por meio do Vestibular Social (VS), e desta forma, colabora com a redução do *déficit* nacional de professores e também de profissionais para as outras áreas de conhecimento incluídas no programa de BS como a da saúde, das ciências humanas e das exatas, consideradas críticas para o desenvolvimento socioeconômico do país. Atualmente mais de 6 mil acadêmicos da instituição encontram-se beneficiados por esta modalidade de bolsa.

O objetivo desta pesquisa se consistiu em avaliar a relação do início das atividades do programa PIBID na PUC Goiás, em 2010, com a concessão de bolsas ID e a execução das ações pertinentes ao programa, e a implantação do programa de BS

por meio do VS, analisando a relação destas ações com a evasão dos alunos no curso de Licenciatura em Química e conseqüentemente, com a formação de professores.

METODOLOGIA

A atividade de pesquisa se deu por meio de análise comparativa dos dados que se refere às informações quantitativas dos alunos do curso de Licenciatura em Química na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) no período de 2004 a 2016, para isso foram solicitados ao departamento responsável relatórios atualizados com as especificidades necessárias, empregando assim a veracidade e qualidade dos dados obtidos. Foram solicitados os seguintes documentos:

- Relatório semestral de matrículas e quantidade de formando no curso de licenciatura em química desde o início do curso em 2004/2 até os últimos alunos formandos no ano de 2015/2;
- Quantidade de alunos ingressados na universidade através da bolsa universitária da instituição PUC Goiás, conhecida como Vestibular Social – bolsa de 50% de desconto nas mensalidades – desde a implantação da mesma no ano de 2010;
- Número de participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID) no curso de química desde o primeiro edital no ano de 2010 até a presente data.

O vínculo entre os dados foi comparado a partir da construção de gráficos, correlacionando os alunos matriculados com os egressos desde o início das atividades do curso, englobando os momentos em que se iniciaram a implantação das bolsas ID e BS. Por meio do traçado da curva comparativa foi possível evidenciar a relação entre o início das bolsas e o período total de existência do curso na Universidade. Analisando desta forma se as bolsas fomentaram os alunos e os incentivaram a concluir o curso, contextualizando a teoria na *práxis* da formação específica no caso do PIBID e possibilitando o estudante sem recursos adentrar em uma universidade, no caso por meio do Vestibular Social (VS).

Com os dados levantados foi possível relacionar o comportamento na formação dos universitários antes e posteriormente o início das bolsas Vestibular Social e PIBID, evidenciando assim a influência quantitativa das bolsas na formação dos alunos do curso específico de Química, observando se houve aumento dos matriculados e egressos com a implantação de tal. Uma vez que as bolsas de ensino superior proporcionam um saber científico professor-pesquisador essenciais para uma formação de qualidade do aluno universitário, sendo considerada como uma possibilidade de se alcançar rapidamente a pós-graduação, como afirma Pires (2008).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O PIBID teve início na PUC Goiás no segundo semestre de 2010, em que a universidade participou do edital CAPES nº 018/2010, contemplando, assim, quantitativo de 20 alunos bolsistas do programa. A universidade continua com o

programa até hoje, entretanto com uma variação no que diz respeito ao número de alunos bolsistas, sendo de 2010 a 2011/1 foram 20 alunos bolsistas contemplados como programa; de 2011/2 a 2013/2, 10 alunos bolsistas; 2014/1 a 2015/1, 30 alunos bolsistas e em 2015/2, 25 alunos.

Atualmente o subprojeto Química conta com 24 alunos bolsistas, 3 professoras supervisoras em 2 escolas parceiras e 2 coordenadoras de área. Até a presente data, foram concedidas neste subprojeto na forma de bolsa ID, um total de 105 unidades desde o início de suas atividades, contemplando mais de 150 alunos no período.

O vestibular social (VS) foi implantado em 2010, concedendo a bolsa social (BS) aos aprovados no valor de 50% das mensalidades, levando o valor da mensalidade do curso de Licenciatura em Química para cerca de R\$ 300,00 (trezentos reais) em valores atuais (2016/1). A implantação deste sistema de bolsa coincide com a entrada da PUC Goiás no programa PIBID/CAPEs, que oferece aos alunos bolsistas, bolsas de ID no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). A seleção para os alunos participarem do PIBID passa por edital institucional, sendo que um dos critérios de avaliação é o rendimento escolar, índice avaliado a partir do histórico escolar, por meio do Coeficiente de Rendimento (CR), estabelecido como a média global das aprovações em disciplinas. A seleção para participação no PIBID é aberta, não se restringindo aos alunos do VS.

A figura 1 a seguir apresenta a relação quantitativa de alunos ingressantes e formandos de Licenciatura em Química desde a implantação do curso na instituição em 2004 até o último vestibular em 2016/1 assim como a última colação de grau dos alunos de Química.

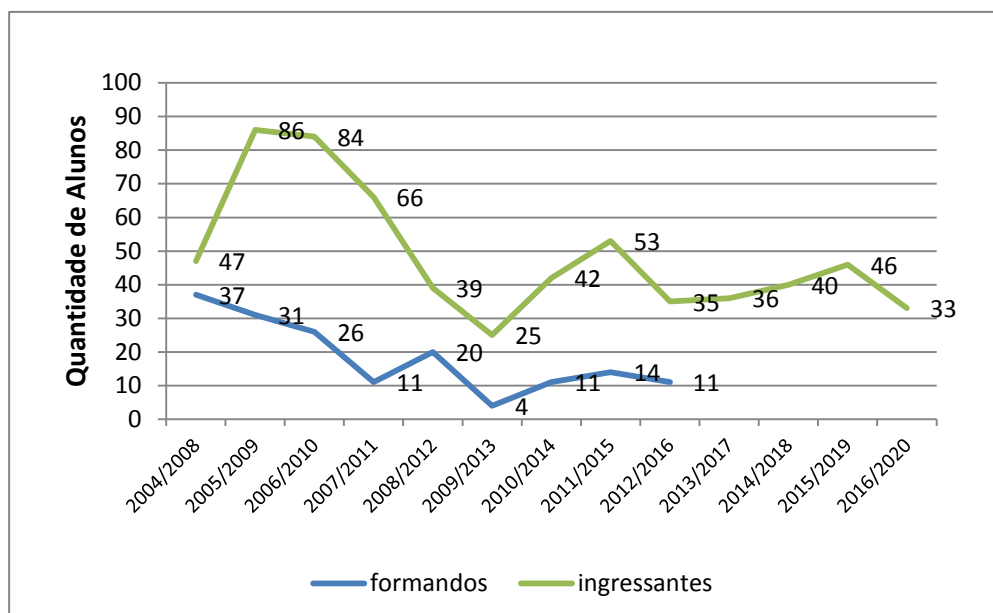


Figura 1: Quantitativo de alunos por ano de ingresso e formatura no curso de Licenciatura em Química da PUC Goiás

O que podemos analisar a partir da figura 1 é que, primeiramente ocorreu uma redução acentuada do número de ingressantes no curso de Licenciatura em Química

da PUC Goiás a partir de 2006 tendo como ponto crítico o ano de 2009 com o menor número de matrículas no primeiro período do curso. Neste período temos um movimento diferenciado com a promoção do REUNI nas IFES e também o crescimento da oferta de cursos de Licenciatura nos Institutos Federais de Educação (IF), o que levou a um crescimento de 15 cursos de Licenciatura em Química que eram oferecidos no Brasil em 2006 pelos IFES, para 58 oferecidos no ano de 2011 (MESQUITA, CARDOSO e SOARES, 2012).

A evasão de alunos que atingiu o valor de 84% para a turma ingressante em 2009, reduziu para 73% para a turma de 2010 e para 68% para a de 2012. Este movimento de crescente permanência no curso coincide com o início do VS e da entrada da Licenciatura em Química no programa PIBID/CAPES. O valor da bolsa de ID garante ao aluno o recurso necessário para o pagamento das mensalidades, situação demonstrada pela redução da inadimplência de acordo com informações fornecidas pela área administrativo-financeira da PUC Goiás.

Entendemos que a implantação do vestibular social (VS) em conjunto com as bolsas de ID tenha contribuído para o aumento da procura e permanência dos alunos no curso de Licenciatura em Química da PUC Goiás, entretanto, percebemos ainda a baixa procura pelo curso, de acordo com o número de ingressantes. Este fato pode ser justificado se considerarmos o fato de que houve a expansão das IFES, o que levou a implantação de 5 (cinco) novos cursos desta modalidade de Licenciatura em Goiás, sendo 3 (três) deles localizados próximos a cidade de Goiânia, sede da PUC Goiás, fator que colabora devido ao aumento na oferta de vagas.

Os dados permitem observar que após a implantação do VS juntamente com PIBID, houve uma melhora, com tendência a estabilidade quanto a procura e demanda do curso (no período de 2009 a 2011) e que atualmente o número de ingresso dos alunos vem se mantendo de maneira satisfatória, uma vez que o curso é em período noturno e recebem alunos com o perfil, em sua maioria, de jovens e adultos que precisam trabalhar para se manterem na universidade. Podemos observar ainda que o número de alunos formandos é preocupante. A figura 2 a seguir apresenta a porcentagem dos alunos que ingressaram no curso de Licenciatura em Química e a relação com os formandos para um mesmo ano de ingresso.

A figura 2 nos mostra que a partir de 2010, com a implantação do vestibular social e do PIBID na instituição, a porcentagem de alunos ingressantes concluem o curso tem crescido, de maneira tímida, mas graduada.

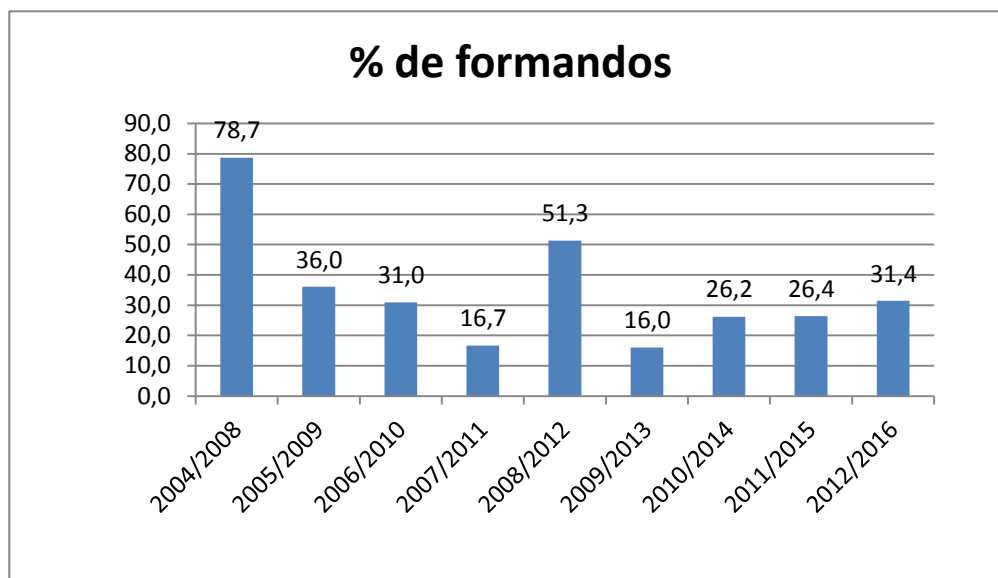


Figura 2: Porcentagem de alunos formando por ano de ingresso.

O que podemos observar também com a figura 2 é que fica evidenciada a importância desses programas para a permanência e consequente conclusão do aluno no curso, pois garante que tenhamos a entrada de um número de professores Licenciados constantemente nesta área de trabalho reconhecidamente carente de profissionais com conhecimento sólidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados nos permite evidenciar a importância de ações como o Vestibular Social e de políticas públicas como o PIBD na permanência dos alunos do curso de Licenciatura em Química da PUC Goiás, mostrando que após a implantação desses programas na instituição o estudo apontou para um crescimento na procura do curso e também um crescimento na relação concluinte/ingressantes. Entendemos que políticas normativas de formação de professores assim como programas que propiciam a permanência do aluno nos cursos de licenciatura, como bolsas de estudo, sejam de extrema importância para garantir a conclusão do curso e uma formação com qualidade de professores, por primar pelo desenvolvimento intelectual dos mesmos, tornando-os profissionais reflexivos, a partir da vivência concreta no dia a dia escolar com toda a sua complexidade, uma necessidade premente de nosso país.

AGRADECIMENTOS

PIBID, CAPES e PUC Goiás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, M. G., *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BRASIL, Lei 10.973/04, de 02 de dezembro de 2004, dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e da outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2004.

BRASIL, Decreto 5.563, de 11 de Outubro de 2005. Regulamenta a Lei n.10.973, de 02 de dezembro de 2004, dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e da outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2005.

BRASIL, Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes e assistência social no ensino superior; altera a Lei 10.891, de 09 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2005.

ECHEVERRÍA, A. R.; BENITE, A. M. C.; SOARES, M H F B. A Pesquisa na Formação Inicial de Professores de Química - A Experiência do Instituto de Química da Universidade Federal de Goiás. In: ZANON, L. B.. (Org.). **A formação química e pedagógica nos cursos de graduação em química do país**. Ijuí: Unijuí, 2007, pg. 01-19.

MALDANER, O. A., A pesquisa como perspectiva de formação continuada do professor de química. Uniju, RS: Química Nova, 1998.

MESQUISTA, N. A. S., CARDOSO, T. M. G. e SOARES, M. H. F. B. O projeto de educação instituído a partir de 1990: caminhos percorridos na formação de professores de Química no Brasil, Química Nova, v. 36(1), 195-200, 2013.

PEREIRA, J. E. D. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. *Educação & Sociedade*, ano XX, n. 68, Campinas, SP: Cortez, 1999, pg.109 -125.

PIRES, R. C. M., A formação inicial do professor pesquisador universitário no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq e a prática profissional de seus egressos: um estudo de casos na Universidade do Estado da Bahia, Tese (Doutorado em Educação) Departamento de Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PUC Goiás, Educação superior e a formação de professores na região Centro-Oeste. Disponível em: <http://sites.pucgoias.edu.br/home/> . Acesso em: 27 de mar. 2016.